

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.203 - PR (2019/0166625-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE** : NAYELLEN ALVISE  
**ADVOGADOS** : FLÁVIA CARNEIRO PEREIRA - PR019512  
JOEL GERALDO COIMBRA - PR006605  
JOEL GERALDO COIMBRA FILHO - PR032806  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **NAYELLEN ALVISE** contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que não admitiu o recurso especial manejado com apoio no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em oposição a acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CRIME - FRAUDE A LICITAÇÃO - ARTIGO 90 DA LEI 8.666/93. RECURSO DA NAYELLEN ALVISE - PRELIMINAR - NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - NÃO ACOLHIMENTO - JUÍZO A *QUO* QUE DEMONSTROU OS MOTIVOS DO SEU CONVENCIMENTO PARA A CONDENAÇÃO DA RECORRENTE - DEVIDA ANÁLISE DAS PROVAS - ALEGADA ATIPICIDADE DA CONDUTA - FALTA DE PROVAS - NÃO ACOLHIMENTO - CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE - DEPOIMENTOS QUE CONFIRMAM O PRÉVIO AJUSTE ENTRE OS CORRÉUS - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DESNECESSIDADE - CRIME FORMAL QUE NÃO EXIGE EFETIVO PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA DO RESULTADO NATURALÍSTICO - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

RECURSO DO EDUARDO PEREIRA DA SILVA - ALEGADA ATIPICIDADE DA CONDUTA - AUSÊNCIA DE DOLO SUBJETIVO - NÃO ACOLHIMENTO - PROVAS PRODUZIDAS NOS AUTOS APTAS A DEMONSTRAR AJUSTE PRÉVIO ENTRE OS RECORRENTES - FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - PREJUÍZO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEMONSTRADO - CRIME FORMAL QUE NÃO EXIGE EFETIVO PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA DO RESULTADO NATURALÍSTICO - DEFERIDO A FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO." (e-STJ fl. 174)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CRIME. ARTIGO 90 DA LEI Nº 8.666/93. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO SOBRE O AFASTAMENTO DAS TESES SUSTENTADAS PELA DEFESA. INOCORRÊNCIA. MERO INCONFORMISMO DO EMBARGANTE COM A SOLUÇÃO ADOTADA NO JULGADO. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ DECIDIDAS. DESNECESSÁRIO ENFRENTAMENTO DE TODAS AS TESES AVENTADAS, DESDE QUE A DECISÃO ESTEJA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PREQUESTIONAMENTO. DESNECESSIDADE DE MENÇÃO EXPRESSA AOS DISPOSITIVOS DE LEI. AUSÊNCIA QUE NÃO IMPEDE A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS ÀS INSTÂNCIAS SUPERIORES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS." (e-STJ fl. 248).

A defesa aponta negativa de vigência aos arts. 381, III, 619 e 620 do CPP, ao art. 489, II, e § 1º, IV, do CPC, e ao art. artigo 93, IX, da Constituição Federal, sob o argumento de que o acórdão recorrido é nulo devido à falta de fundamentação, porque não apreciou a tese defensiva de nulidade da sentença e nem fundamentou a decisão que negou provimento à apelação.

Aduz que, "após afastar as preliminares arguidas pela defesa passou à análise do mérito, seguindo a ordem de argumentação apresentada pelo Ministério Público nas suas alegações finais. Nessa toada, mencionou inicialmente que a materialidade delitiva estava comprovada através de vários documentos que mencionou, repetindo a transcrição contida nas alegações finais da acusação. Todavia, não demonstrou a relação entre tais documentos e a fraude atribuída à recorrente" (e-STJ, fl. 281).

"De igual sorte, no tocante ao reconhecimento da autoria, além de não demonstrar a conduta ilícita da recorrente, o eminente julgador incorreu em gritante contradição, ao elencar declarações prestadas na instrução criminal, que nada afirmaram sobre o seu envolvimento 'no crime, transcrevendo em seguida parte das alegações finais do Ministério Público, sem considerar as razões da defesa e sem esclarecer o porquê de não ter levado em conta as declarações dos réus e das suas testemunhas" (e-STJ, fl. 282).

Requer, assim, seja "declarada a nulidade do acórdão recorrido e determinado o retorno dos autos à origem para que sejam apreciadas as teses defensivas, tanto no tocante à nulidade da sentença condenatória, como no tocante ao pedido de absolvição" (e-STJ, fl. 293).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 333-339).

O recurso foi inadmitido (e-STJ, fls. 341-345). Daí este agravo (e-STJ, fls. 352-360).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo "conhecimento do agravo para não conhecer do recurso especial" (e-STJ, fls. 388-392).

### **É o relatório.**

Decido.

A irresignação não merece acolhimento, por nenhuma das alíneas.

Consoante se extrai do acórdão impugnado (e-STJ, fl. 179), a ré foi condenada à pena de 2 (dois) anos de detenção, substituída por restritivas de direito, e 10

dias multa, pela prática do delito previsto no art. 90 da Lei nº 8.666/93.

Inicialmente, cumpre ressaltar que não compete ao Superior Tribunal de Justiça o enfrentamento de suposta ofensa a dispositivos constitucionais, ainda que para efeito de prequestionamento da matéria, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

"[...]

1. 'Refoge à competência do Superior Tribunal de Justiça apreciar suposta ofensa à matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal'. (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 48.918/SP, Rel. Min. ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, DJe 25/05/2012) .

*Omissis.*

5. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 1.238.180/SE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 16/04/2018).

Quanto ao mais, verifica-se que não há no acórdão objurgado nenhuma omissão a ser sanada, uma vez que o Tribunal *a quo* se manifestou expressamente sobre todas as teses veiculadas pela recorrente, tendo ratificado a sentença condenatória, por entender que os elementos fáticos e probatórios dos autos comprovam tanto a materialidade quanto a autoria do crime.

No que tange à suscitada nulidade da sentença de primeiro grau de jurisdição, o acórdão recorrido assim se manifestou:

"Com efeito, a fundamentação adotada pelo juízo singular está suficiente e adequada, não havendo que se falar em ausência de fundamentação, a qual demonstrou as razões para a condenação da apelante.

Veja-se que o MM Magistrado considerou todas as provas produzidas nos autos, entendendo que, de que fato, houve o ajuste prévio entre Eduardo e Nayellen, para a licitação do projeto arquitetônico da Câmara de Vereadores de Paiçandu.

Ainda, vale destacar que decisão sucinta não se confunde com ausência de fundamentação, estando a sentença *a quo* devidamente fundamentada."

(e-STJ fl. 181).

Em relação à materialidade e à autoria do crime atribuído à Nayellen Alvis, a Corte de origem consignou:

"Sendo assim, verifica-se que as provas dos autos são suficientes para a manutenção da condenação da recorrente Nayellen.

Isso porque, restou comprovado de que o acusado Eduardo Pereira da

Silva, presidente da Câmara à época dos fatos, procurou Paulo do Amaral, funcionário da prefeitura, para a elaboração de um esboço de projeto arquitetônico para a construção da Câmara, sendo que Paulo e Salete trabalham em conjunto do referido projeto.

Posteriormente, Eduardo procurou a apelante Nayellen, solicitando um orçamento e projeto para a abertura de um procedimento licitatório, ocasião que mostrou a ela, o esboço feito pela Salete e Paulo, como também discutiram detalhes do projeto.

Em que pese a negativa do recorrente Eduardo em ter solicitado o esboço a pessoa de Paulo, e a negativa de qualquer encontro com a recorrente Nayellen para a discussão do projeto arquitetônico, as testemunhas confirmam a elaboração de um rascunho, como também a própria Nayellen afirmou que Eduardo lhe procurou para debater as questões do projeto e que teve acesso a minuta feita por Salete.

O simples fato do presidente da Câmara, o apelante Eduardo, ter se encontrado para discutir o projeto com quem veio a concorrer o certame por carta convite, não pode passar como uma mera coincidência, pois mostra-se evidente que o caráter competitivo do procedimento licitatório foi frustrado.

Como bem pontuado pelo Doutro Procurador de Justiça, resta caracterizado o dolo, tendo em vista a manifesta violação ao princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajoso para a Administração Pública, pois consoante a testemunha Salete, seu anteprojeto, por exemplo, havia sido avaliado em aproximadamente R\$ 12.000,00 (doze mil reais), ao passo que o objeto do certame foi adjudicado pelo montante de R\$ 29.150,00 (vinte e nova mil e cento e cinquenta reais), causando relevante prejuízo à administração pública municipal.

Ademais, oportuno mencionar, que nos casos de fraude à licitação, como o presente, é desnecessária a ocorrência de prejuízo ao erário." (e-STJ, fls. 187-188).

Nesse contexto, verifica-se que o Tribunal de origem, soberano na análise acervo fático-probatório dos autos, lastreado essencialmente na prova testemunhal, concluiu que a acusada e o corréu Eduardo fraudaram o caráter competitivo do processo licitatório, mediante ajuste, com o fim de obter vantagem indevida.

Oportuno ressaltar que, conforme a consolidada jurisprudência desta Corte, o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todos os pontos alegados pela parte, mas somente sobre aqueles que entender necessários ao deslinde da controvérsia, de acordo com o livre convencimento motivado, tal como ocorre no presente caso.

Nesse sentido, podem ser mencionados os seguintes julgados:

"[...]

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE TRÂNSITO CONFIGURADO. CULPA DEMONSTRADA. MODIFICAÇÃO. SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL.

AGRAVO DESPROVIDO.

- Não prospera a alegação de omissão no aresto recorrido, uma vez que a Corte *a quo* decidiu todas as questões necessárias para o julgamento.

- "O órgão judicial, para expressar sua convicção, não está obrigado a aduzir comentários a respeito de todos os argumentos levantados pelas partes, quando decidir a causa com fundamentos capazes de sustentar sua conclusão. Precedentes" (AgRg no AREsp 101.686/SP, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 2/12/2013).

- A Corte de origem reconheceu a culpa do réu pelo acidente automobilístico que causou a morte das vítimas. Rever esta premissa importa em incursão no conteúdo fático-probatório carreado aos autos, tarefa inviável em recurso especial, *ex vi* do Verbete n. 7 da Súmula deste Tribunal.

Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 700.176/MG, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 03/08/2015);

"[...]

2. O julgador não está obrigado a se manifestar acerca de todas as alegações suscitadas pelas partes, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.

3. A pretensão de rejuízo da causa, na via estreita dos declaratórios, mostra-se inadequada.

*Omissis.*

5. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no AgRg no AREsp 292.108/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 20/02/2015).

Assim, não há falar em omissão, pois o Tribunal *a quo* pronunciou-se expressamente, de forma fundamentada, acerca dos motivos que o levaram a manter a condenação da acusada pela prática do crime pelo qual foi condenada em primeira instância.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC c/c art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator